

Novos caminhos e desafios de jovens Potiguara: a circulação e interação de Estudantes universitários indígenas na região metropolitana de João Pessoa¹

New paths and challenges for young Potiguarans: the circulation and interaction of indigenous university students in the metropolitan region of João Pessoa

Jamerson Bezerra Lucena²
Bruno Rodrigues da Silva³

Resumo

O objetivo deste trabalho é compreender as redes sociais construídas por seis jovens universitários indígenas e como se dar essa interação entre a cidade e as aldeias no litoral norte da Paraíba. Nesse fluxo os Potiguara deslocam-se de um local a outro de forma dinâmica, fortalecendo laços entre aqueles que vivem na metrópole e os que permaneceram na aldeia. A metodologia está baseada num “estudo de caso detalhado” com o objetivo de descrever dados etnográficos desses jovens, além da constituição de rede de solidariedade. Dessa forma, eles acabam criando um processo contínuo de produção e reprodução dos materiais culturais que manifestam sua pertença étnica. Concluímos que esse estudo está focado nas vivências e construção de redes sociais desses indígenas que estudam na Universidade Federal da Paraíba, buscando compreender a formação dessa rede de solidariedade étnica que foi sendo produzida nas proximidades da aldeia e foi se espalhando até a capital.

Palavras-Chave: etnicidade, pertencimento étnico, Potiguara, redes sociais.

1 Recibido: abril 17 de 2017. Aceptado: julio 20 de 2017.

2 Mestre em Antropologia Social – Programa de Pós-Graduação em Antropologia/Universidade Federal de Paraíba. Email: jamerson_lucena3@hotmail.com

3 Graduando do curso de Ecologia – Campus IV/Universidade Federal de Paraíba. Email: brunopotiguara@gmail.com

Abstract

The objective of this work is to understand the social networks constructed by six young university students and how the interactions occur between the city and the villages in the north coast of Paraíba. Potiguarans move from one place to another in a dynamic way, strengthening ties between those who live in the metropolis and those who remained in the village. The methodology of this study is based on a "detailed case study" with the purpose of describing ethnographic data of these young people, as well as the constitution of a network of solidarity. In this way, they end up creating a continuous process of production and reproduction of cultural materials that manifest their ethnic belonging. We conclude that this study is focused on the experiences and construction of social networks of these Indians who study at the Federal University of Paraíba, seeking to understand the formation of this network of ethnic solidarity that was being produced in the vicinity of the village and was spreading to the capital.

Keywords: ethnicity, Potiguara, ethnic belonging social network.

Introdução

No ano de 2010, através de um processo seletivo consegui um estágio curricular na Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em João Pessoa, capital da Paraíba. Foi a partir dessa atividade que desempenhei até o ano de 2011 como Apoio Administrativo que comecei a entrar em contato, interagir com vários jovens, lideranças e caciques pertencentes ao grupo étnico indígena Potiguara. A partir dessa experiência, vivência desejei seguir meus estudos na área de etnologia indígena.

Ao ingressar em 2013 no curso de Licenciatura em Ciências Sociais no Campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) começo a entrar em contato novamente com jovens Potiguara, agora como universitários, inclusive duas indígenas estudam comigo no período noturno na capital paraibana. A partir da socialização em sala de aula adquiri um contato mais estreito com essas colegas de classe e procurei saber se existiam Potiguara vivendo na região metropolitana de João Pessoa, pois esse era meu objetivo principal do projeto de pesquisa do Mestrado em Antropologia Social que estava desenvolvendo para tentar a aprovação na próxima seleção desta pós-graduação que estava prevista para o final desse ano.

Posto isso, minha colega de classe, Jaíne Azevedo (24 anos) da Aldeia Três Rios que ao longo de nossa amizade foi se tornando uma das minhas interlocutoras no campus universitário revelou que existem mais estudantes indígenas naquele campus e que eles poderiam me ajudar nesse estudo antropológico. Diante disso, seguindo os conselhos da minha colega indígena e consequentemente iniciando em 2014 os estudos no Mestrado em Antropologia Social nesse mesmo campus aonde comecei a me aproximar de alguns outros Potiguara que também estudam na UFPB, indicados pela interlocutora. Neste campus universitário alguns jovens aproveitam oportunidade para participarem de reuniões no Setor de Estudos e Assessoria a Movimentos Populares (SEAMPO) e acabam fazendo parte de Projetos de Extensão que tem como objetivo desenvolver atividades referentes à formação de jovens indígenas que ingressaram nessa universidade e que atualmente estão frequentando diferentes cursos dos Campi I e IV da referida Instituição Pública de Ensino. Neste espaço extra-campi também podemos observar como é propício ao debate sobre identidade étnica, sentimento de pertencimento, etnicidade, contatos interétnicos, História do Povo Indígena Potiguara e também assuntos relacionados ao Movimento de Política Indígena no Nordeste.

A partir das minhas observações nesse ambiente extra-campi constatei nas reuniões a presença constante de seis jovens indígenas, a saber: Jakeline Oliveira (23 anos) e Antonio Altino (24 anos) que são da Aldeia Tramataia e estudam Biologia e Administração, respectivamente; Bruno Rodrigues (25 anos) estuda Ecologia⁴; Tamara Rodrigues (26 anos) faz Comunicação em Mídias Digitais e Adriana Gabriel⁵ (28 anos) que está concluindo o curso de Serviço Social, ambos da Aldeia Alto do Tambá e Neto (20 anos) que está cursando Licenciatura em Física que vive na Aldeia Caieira⁶. Estes jovens trouxeram consigo bagagens experienciais do seu lugar de origem e, desse modo, circulam pelas cidades, produzindo suas redes sociais a partir das interações vicinais, conforme relatos de Jakeline Oliveira e seu irmão, Antonio Altino, e de amigas proporcionadas por ações de gentileza, solidariedade

4 O jovem indígena Potiguara fazia Engenharia Ambiental no Campus I da UFPB e atualmente está estudando Ecologia no Campus IV dessa instituição na cidade de Rio Tinto, que fica próxima do seu lugar de origem, a Aldeia Galego.

5 A jovem Adriana Gabriel é natural da Aldeia Galego, mas vive desde sua adolescência na cidade de Santa Rita que pertence à região metropolitana de João Pessoa juntamente com a família de sua irmã mais velha.

6 A distância das aldeias para a cidade de João Pessoa é de aproximadamente 90 km. Fonte: [Hhttps://www.google.com.br/maps](https://www.google.com.br/maps).

num campo de ajuda mútua que aos poucos vai sendo construído no espaço acadêmico, na rua (e aldeia) onde moram e por parentes consanguíneos/afinidade que dão assistência a esses universitários nos centros urbanos.

Baseado nisso, observamos que nessa circulação dos estudantes indígenas entre a aldeia e a cidade, os laços de parentesco e amizade vão se fortalecendo e produzindo ramificações nesses espaços (aldeia e cidade) que, na verdade, estão interseccionados, demonstrando assim uma fertilidade na produção dos enleios das redes que vão sendo entremeados ao longo desses deslocamentos por parentes, amigos, vizinhos, pessoas conhecidas e desconhecidas. Desse modo, nas interações construídas pelas redes sociais, a reciprocidade constitui-se como um elo consistente que aproxima amigos indígenas e não-indígenas, assim como os parentes, criando um processo contínuo de produção e reprodução dos materiais culturais que manifestam seus sentimentos de pertencimento, principalmente quando esses jovens estão reunidos no SEAMPO.

Vale ressaltar que o ingresso de estudantes pertencentes a grupos étnicos, tais como indígenas, negros, descendentes de quilombola, ciganos e jovens de baixa renda a universidades públicas e privadas só foi possível através de políticas públicas, tais como a Lei de Cotas⁷ que resulta em ações afirmativas⁸ implantadas no ano de 2012 pelo Governo Federal do Brasil.

A partir do entendimento desse processo administrativo que envolve seus direitos enquanto estudantes da UFPB alguns deles hoje em dia são capazes de repassar as informações precisas para outros jovens indígenas que estão ingressando no âmbito acadêmico através do Sistema de Seleção Unificada (Sisu⁹). Isto só foi possível após um período de agruras que alguns

7 "A Lei nº 12.711/2012, sancionada em agosto deste ano, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência". Fonte: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>.

8 "Ações afirmativas são políticas públicas feitas pelo governo ou pela iniciativa privada com o objetivo de corrigir desigualdades raciais presentes na sociedade, acumuladas ao longo de anos. Uma ação afirmativa busca oferecer igualdade de oportunidades a todos. As ações afirmativas podem ser de três tipos: com o objetivo de reverter a representação negativa dos negros; para promover igualdade de oportunidades; e para combater o preconceito e o racismo". Fonte: <http://www.seppir.gov.br/assuntos/o-que-sao-acoes-afirmativas>.

9 O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) criado em 2010 é o sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC) no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). Fonte: <http://sisu.mec.gov.br/>. Pessoa é de aproximadamente 90 km. Fonte: [Hhttps://www.google.com.br/maps](https://www.google.com.br/maps).

passaram (e ainda passam!) durante a sua graduação de ensino superior e também devemos salientar o auxílio que o jovem Potiguara, Tanielson Rodrigues (27 anos), mais conhecido como Porã Potiguara que faz o curso de Engenharia Florestal na Universidade de Brasília (UnB). Ele juntamente com seu irmão Bruno Rodrigues conseguem manter conexões e troca de informações intercampus que facilitam e fortalecem o processo de aprendizagem no âmbito acadêmico dos Estudantes Indígenas na Paraíba e em outros estados brasileiros. Essas inter-relações realizadas por esses jovens indígenas contribuem para o fortalecimento dos estudantes indígenas universitários no estado paraibano.

Vale destacar que em alguns casos vivenciados por esses jovens Potiguara não poderão ser solucionados a base de uma “cartilha informativa” sobre como e quais os caminhos eficazes para reivindicar seus direitos estudantis numa universidade pública. Devemos ter consciência que, além disso, requer também um maior traquejo, sociabilidade, arranjos e alianças produzidas nas redes sociais construídas por eles no espaço universitário, urbano e aldeia. Em suma, este estudo está focado nas vivências e construção de redes sociais desses seis jovens indígenas que estudam na UFPB. Nesse estudo temos o objetivo de buscar compreender os entrelaçamentos de uma rede de solidariedade que foi sendo construída na capital, intensificando, quando necessário, a pertença étnica.

Breve histórico do povo indígena Potiguara

O povo indígena Potiguara está situado no litoral norte da Paraíba, estado que pertence à região do Nordeste do Brasil, aonde se encontram distribuídos em 32 (trinta e duas) aldeias, nos municípios paraibanos de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto. Deste modo, é preciso enfatizar que a formação desses três municípios guarda uma estreita relação com a constituição dos aldeamentos missionários de São Miguel de Baía da Traição e Monte-Mór, sendo este último originado da destruição do aldeamento de Mamanguape. O grupo passou a constituir as aldeias de Baía da Traição e da Preguiça no município de Mamanguape assistidos pelos missionários do Carmo da Reforma¹⁰.

Com um território de 33.757, 7329 hectares¹¹ a localização dos Potiguara em tais faixas de terras está relacionado com os processos históricos do século

10 Esta informação foi obtida no site, socioambiental.org, cujo texto tem autoria do antropólogo José Glebson Vieira.

XVIII e XIX que marcaram a conquista definitiva do território pelos portugueses. Em termos demográficos, os Potiguara constituem um dos maiores grupos indígenas brasileiros com uma população estimada em 20.554 pessoas¹², o que ratifica com a classificação de ser considerada uma das maiores populações indígenas brasileira. Vale salientar que o histórico do Povo Indígena Potiguara em relação ao contato com os não-indígenas (colonizadores) é marcado por intensos conflitos por disputas de territórios.

As aldeias apresentam características geográficas diversas e muitas são banhadas pelo oceano atlântico, além de rios caudalosos que proporcionam um território muito fértil e rico em sua biodiversidade. O sistema produtivo desse grupo étnico é baseado na agricultura de subsistência, onde o plantio é distribuído em grãos (milho e arroz) raízes (mandioca, macaxeira e inhame), tubérculos (batata-doce), leguminosas (feijão e fava). Existe também a coleta de lenha para uso doméstico, a caça e a pesca de peixes e crustáceos nos rios e mar, além da coleta de caranguejos nos manguezais.

Os novos caminhos para os jovens indígenas Potiguara

A universidade e a própria aldeia funcionam como um campo de ações sociais que muitos jovens indígenas se relacionam e se apropriam desse contato, interagindo, trocando experiências através do seu conjunto de saberes. A acessibilidade oferecida pelas universidades (públicas e privadas) proporciona conexões, estreitando as relações sociais entre docentes e estudantes. Essa troca de experiências entre esses dois sujeitos acaba engendrando e fortalecendo laços de amizade, companheirismo advindo das relações humanas possibilitando a criação de um “campo de oportunidades” (Velho, 1994) muito profícuo para os jovens que almejam uma graduação no ensino superior.

A relação desses jovens estudantes indígenas com a UFPB também está relacionada com as interações construídas com professores universitários, através de cursinhos pré-vestibulares e pesquisas acadêmicas, além da presença de pesquisadores de várias outras universidades e faculdades da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Brasília etc. Essa rede pode ser estendida

11 Essas informações estão baseadas nos decretos publicados no Diário Oficial da União (DOU) com a homologação das Terras Indígenas (T.I.) Potiguara com 21.238,4898 ha (1991); T.I. Jacaré de São Domingos com 5.032, 2431 ha (1993), com exceção da T.I. Monte-Mór com 7.487 ha oficialmente demarcada em 2007, mas que ainda não foi homologada.

12 Este número foi obtido a partir de dados que coletamos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fonte: <http://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/povos-etnias.html>.

por outros atores externos/internos que vivem também nesse fluxo entre aldeia e cidade e, sendo assim, mantém uma inter-relação quase que constante com eles, tais como comerciantes, participação em campeonatos de futebol, surf, e outros esportes, além das relações de parentesco que podem servir de ponte para contatos, interações, amizades com outros indígenas que vivem num espaço urbano, por exemplo, no intuito de conseguir algum apoio logístico ou moradia, possibilitando o estudo na cidade e conseqüentemente a construção de redes nessa espacialidade.

A tessitura metodológica dessa pesquisa foi construída seguindo um caráter etnográfico com critérios relacionados à pesquisa descritiva com enfoque qualitativo que tem como objetivo descrever dados etnográficos sobre jovens indígenas da etnia Potiguara que vivem numa circulação entre a aldeia e a região metropolitana de João Pessoa, Paraíba. Seguindo esse direcionamento, pensamos a partir de noções como as de fluxos, redes e processos. Neste sentido, deve-se imaginar a cidade como um cenário de múltiplas articulações e que os atores sociais estão buscando adaptar-se, mover-se num fluxo de interações constante, dinâmico e que sempre está ocorrendo numa atmosfera espacial urbana, como veremos mais adiante.

Segui com Ética o trabalho de campo também contei com o auxílio do jovem Bruno Rodrigues que foi um dos meus interlocutores e, ao longo do trabalho, foi apresentando-me aos outros jovens, onde tive a oportunidade de explicar um pouco mais sobre minha pesquisa, o objetivo desse estudo e a metodologia que iria realizar. Após essa arguição e de algumas perguntas (que foram surgindo naturalmente) acerca da pesquisa, deixei claro os procedimentos necessários para a técnica de coleta de dados prevista para esse trabalho, além da observação participante. Utilizei, quando se fez necessário e propício, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

As Entrevistas Narrativas (EN) foram realizadas ao longo dessa pesquisa com os estudantes indígenas universitários que vivem na aldeia e outros que vivem na região metropolitana há muito tempo. Dessa maneira, utilizei quando foi necessário e conveniente, o gravador de voz para registrar as informações, desde que permitido pelos jovens indígenas. Segundo Rosana Gúber (2005, p. 167) “El investigador puede realizar el registro durante la entrevista [...] por medio de un grabador, lo que le asegura una fidelidad casi total (casi, porque pueden aparecer problemas técnicos de nitidez en la grabación o en la dicción) de lo verbalizado”.

Os fatos sociais relevantes foram anotados num aplicativo do meu smartphone que tem a função do bloco de notas e às vezes num pequeno diário de campo. Estas anotações constituíram insights, reflexões iniciais, esboços preliminares de ensaios interpretativos que integraram a minha dissertação e posteriormente a elaboração desse artigo. Isto porque “o diário, parte dele, quando você não registra apenas datas e o que você fez no dia, quando você põe o material etnográfico dentro dele, passa a ser muitas vezes um pré-texto. É um pretexto para um artigo, como sugere a homofonia das palavras...” (Cardoso de Oliveira, 2000, p. 197).

Os caminhos que percorri e as estratégias que escolhi para chegar nessa direção foram permeados pela atenção a um elemento decisivo na minha pesquisa: trata-se do exercício antropológico na cidade e aldeia. Esse, dado pela relevância que possui na análise da etnicidade dos jovens indígenas Potiguara de João Pessoa e região metropolitana merece algumas considerações. Por meio das reflexões que seguem, evidenciamos os princípios que nortearam a prática etnográfica desenvolvida.

No que se refere ao método de análise optei pelo o estudo de caso detalhado, tendo como pontos norteadores os estudos de Max Gluckman e Van Velsen, pois considero serem os mais propícios e eficazes para o estudo analítico dessa pesquisa etnográfica.

De acordo com Van Velsen (1967, pp. 439-440), “À medida que a pesquisa de campo tornou-se aceita como método de coleta de material antropológico, a ênfase, que antes se concentrava no estudo das sociedades como um todo, foi gradualmente deslocada para comunidades específicas ou segmentos de sociedades”. Desta forma, o autor expressa que para aqueles antropólogos com enfoque estruturalista era necessário que houvesse uma delimitação para que o estudo etnográfico, a investigação, fosse realizada levando em consideração a “perspectiva estruturalista de referência” citada por Fortes (1953, p.39 apud Van Velsen, 1967, p. 440):

[...] o procedimento para a investigação e análise por meio do qual o sistema social pode ser percebido como uma unidade feita por partes e processos, que estão vinculados uns aos outros por um número limitado de princípios de ampla validade em sociedades homogêneas e relativamente estáveis.

Posto isso, percebe-se de forma nítida que houve uma transformação porque ao invés de seguir uma metodologia genealógica o autor sugere o foco

na análise situacional ou estudo de caso detalhado buscando a análise de redes de relações sociais.

Pautado nisso, busco agora demonstrar o desenvolvimento dessa pesquisa a partir dos casos empíricos desses seis jovens indígenas universitários que fizeram parte do meu trabalho de campo que, nesse caso, constituem o meu objeto de estudo.

O fato de viver na cidade para o indígena não apaga a sua identidade étnica, pelo contrário, em algumas situações pode ser até reforçada, porque pelo que observei na capital muitas vezes a identidade étnica torna-se mais intensa por existir, por exemplo, entre os estudantes Potiguara “uma solidariedade étnica, um sentimento de pertencimento engendrado sob a égide de defesa do seu grupo diante de algumas dificuldades impostas por uma “sociedade branca” universitária na capital paraibana” (Lucena, 2016, p.30). Nesta perspectiva, constatei que esses jovens indígenas quando estão na cidade buscam uma maior interação social, por exemplo, através de uma visita a um parente que vive na cidade vizinha, uma hospedagem a um estudante, demonstrando gestos de generosidade e consideração pela família, participando de eventos culturais e sociais, tais como conferências indígenas, aniversários, casamentos, batizados, pontos de encontro na universidade para estudar, enfim, situações sociais específicas que ocorrem na cidade e que tem o objetivo de interagir, estreitar laços de parentesco, intensificar amizades por intermédio dessas estratégias construídas por redes de solidariedade.

Os estudantes indígenas que vivem na cidade, sempre que possível, fazem questão de participar de eventos culturais, ritualísticos numa tentativa de reafirmar e valorizar mais ainda a sua identidade étnica, mesmo vivendo numa espacialidade urbana carregada de preconceitos e discriminação racial.

Teve um grupo (indígenas Potiguara) que vieram se apresentar aqui (na universidade)... aí eu fui falar da minha cultura. Teve outro movimento (indígena) lá no centro (da cidade) e depois outro na Assembleia (Legislativa). Aí eu estava de vez em quando nesses eventos aí. Eu acho que você precisa mesmo valorizar essa questão de ser indígena na cidade porque se você não valorizar e acreditar que é uma coisa banal e que não tem valor, você vai se passar como um não-indígena. Ser indígena na cidade é um pouco complicado, né?!” (Adriana Gabriel, João Pessoa, 19/01/2016).

Ao questionar a jovem indígena sobre o por que ela acha complicado, Adriana responde da seguinte forma:

Porque tem a questão do preconceito. E pra você que viveu na aldeia que participou dos costumes e que sabe que sua família também é indígena... aí você fica meio acabado... fica meio desmotivado. Mas aí hoje em dia eu já respondo e começo a falar, né?! De sua história e que aquela pessoa precisa conhecer melhor a história [da etnia indígena Potiguara] (Adriana Gabriel, João Pessoa, 19/01/2016).

Numa tentativa de esclarecer melhor esse entendimento sobre o acionamento da identidade étnica indígena questionei a jovem se, por exemplo, é em todo lugar na cidade que ela [Adriana] afirma que é indígena, a estudante relata que “*Não. Não é em todo canto não. Porque tem canto que você vê, percebe que aquela pessoa não vai te discriminar que ela não tem preconceito... que diz: Ah, você é índia? Que legal te aceita, né?!*” (Adriana, João Pessoa, 19/01/2016).

Nesses casos, como destaca Bourdieu (1989, p. 125) quando faz referência que a identidade étnica heterogênea que está em jogo não é “[...] a conquista ou a reconquista de uma identidade, mas a reapropriação coletiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação de sua própria identidade [...]”. E para reforçar esse argumento, o autor (1989, p. 126) discorre sobre a “estigmatização que produz o território”, onde poderíamos contextualizar para nossa discussão sobre indígenas na cidade e demonstrar que pelo fato dele estar vivendo na espacialidade urbana não implica necessariamente que ele deixou ou está se distanciando da sua etnia, por exemplo, mas o que acontece com quem está na cidade pode ser uma “valorização de sua identidade étnica” e que, neste caso, apresenta-se de forma positiva.

Como no caso de Adriana Gabriel que, segundo ela, o fato de estar morando na cidade faz com que ela busque, participe de eventos de movimentos indígena e de reuniões no SEAMPO. “Quando eu fui pegar uma declaração de que sou indígena para poder comprovar na UFPB o cacique ressaltou a importância de participar de eventos, reuniões dos movimentos indígena para manter próxima desses eventos” (Adriana Gabriel, João Pessoa, 19/01/2016)

Seguindo o rastro do pensamento de Bourdieu (1989) é preciso que haja uma valorização e sentimento de pertença étnica resistente para que os indígenas que vivem em centros urbanos possam “inverter o sentido e o valor das características estigmatizadas” (idem). Com relação à estigmatização ocorrida na cidade, como afirma a estudante indígena Potiguara, Adriana Gabriel:

Tenho orgulho de fazer parte de uma família indígena e não nego que sou pra ninguém [...] apesar de que em muitos momentos passar por situações desagradáveis [...] então é você se adequar ao ritmo da cidade mesmo não pertencendo a ela [...] Mas é também saber driblar o preconceito...Um índio na cidade acaba tendo uma vida diferente da vida que poderia ter na comunidade em questões de comportamento, modo de falar e se relacionar com as pessoas...dependendo da cultura no modo de vestir de pensar. (Adriana Gabriel, João Pessoa, 19/01/2016)

O relato da jovem Potiguara ecoa pela descoberta do autorrespeito, isto é, reconhecer o fato de assumir a sua identidade étnica indígena é algo que parece ser dignificante para si e também para sua família num processo de pertencimento étnico que, segundo Cardoso de Oliveira (2006, p. 55), “É quando a busca pelo respeito de si pelos outros começa pela descoberta do autorrespeito, encontrando nele a dignidade e a honra indígena tão vilipendiada no passado, e hoje, ao que tudo vem indicando encontra-se em pleno processo de recuperação”.

Ao mencionar “ritmo da cidade” e enfatizar a situação de “driblar o preconceito”, a jovem Adriana Gabriel pode estar moldando uma máscara social, mas antes desse processo de moldagem, deve haver uma preparação que ocorre através da interação que a jovem indígena adquiriu na sociedade urbana, aonde veio morar ainda adolescente junto de sua irmã e, sendo assim, esse contato interétnico constante possibilitou um ganho de experiência durante a sua vivência no espaço urbano. Nesta perspectiva, o conceito de etnicidade apresenta-se aqui de modo bastante oportuno e eficaz para esse caso quando a jovem indígena refere-se que deve “entrar no ritmo da cidade”, ou seja, moldar-se socialmente para poder conviver, manter relações sociais numa estrutura organizacional distinta da aldeia onde vivia e mesmo assim não perder a sua identidade étnica, o elo parental com a sua rede de relações étnicas indígena e práticas culturais afirmadas desde a sua infância na aldeia. Neste contexto, “eticidade provou ser um conceito muito útil, uma vez que sugere uma situação dinâmica da variável de contato, conflito e competição, mas também acomodação mútua entre os grupos” (Eriksen, 2010, p. 13, tradução minha).

Nesse sentido, podemos perceber que no espaço urbano existe um leque abrangente de relações sociais, onde muitas vezes presenciamos uma convivência multiétnica, como por exemplo, judeus, muçulmanos, indígenas, ciganos etc. em que a identidade étnica pode ser ativada a partir do momento em que o indivíduo sinta necessidade. A partir daí ele de forma individual ou

junto com seu grupo étnico poderá reivindicar seus direitos que são recorrentes de sua identidade étnica indígena.

Thomas Hylland Eriksen (2010, p. 14, tradução minha), ainda reforça expressando que “o conceito de etnicidade pode ser dito para unir duas lacunas importantes na antropologia social: ela implica um foco na dinâmica ao invés de estática, e relativiza as fronteiras entre 'nós' e 'eles', entre os modernos e tribais”.

Então, nesse caso, como demonstra Eriksen (2010, pp. 16-17, tradução minha), a “Etnicidade é um aspecto da relação social entre pessoas que se consideram como essencialmente distintas dos membros de outros grupos dos quais eles estão conscientes e com o qual eles entram em relacionamentos”. Neste sentido, o indivíduo sabe que grupo étnico ele pertence, mas para poder entrar em contato, por exemplo, com outra organização social deverá manter uma interação social, respeitando os aspectos políticos, econômicos, culturais daquela sociedade, porém sem perder a sua identidade étnica indígena. Desta forma, o indígena vive num jogo identitário, mantendo relações num contato interétnico, interagindo, estabelecendo redes de relações sociais para que possa dar sustentação a sua identidade social naquele espaço urbano, por exemplo. A construção de rede de amigos na sua rua, no seu bairro, a sua vizinhança, grupo de amigos da igreja, sindicato de associação de moradores, rede social dos amigos da escola, do futebol empresa onde trabalha etc. são alguns exemplos significativos que muitos indivíduos que pertence a um grupo étnico poderia utilizar. Então, quando a relação social tem um “diferencial étnico”, como um elemento significativo, é porque essa identidade étnica foi ativada numa situação específica, onde surgiu a necessidade de acioná-la. Sendo assim, “o conceito de etnicidade não só pode nos ensinar algo sobre similaridade, mas sobre as diferenças” (Eriksen, 2010, p. 18, tradução minha).

Calçado nisso, ao ser inserido num contexto urbano o jovem indígena busca meios de se ajustar, conviver naquele espaço citadino e nesses casos alguns antropólogos interpretam essa ação a um inevitável processo de aculturação, perda daquilo que caracteriza um indivíduo ou um grupo como indígena, o que não procede, porque segundo Eriksen (2010, p. 24, tradução minha) “Por aculturação, eles significam a adaptação dos imigrantes ao seu novo contexto cultural. Poderia, mas não tem que, eventualmente, levar toda assimilação ou perda de distinção étnica”. Desta forma, é preciso compreender que o espaço urbano tem uma configuração, ou seja, uma organização social que produz seu próprio mecanismo de ordem social numa dinamicidade

intensa impulsionada por fatores sociopolíticos e econômicos advindos do capitalismo. Mas também não queremos afirmar que a tecnologia juntamente com relações econômicas importantes não tenha chegado à área rural, entretanto o espaço urbano congrega de forma muito mais eficaz essas ações de intercâmbio mercadológico do sistema capitalista.

Após esse entendimento sobre o processo de preparação, evidenciado nesse caso pela etnicidade, do qual a jovem indígena Potigura supostamente passou para entrar no “ritmo da cidade”, alcançando em seguida um estágio da construção da “representação” no intuito de conseguir desvencilhar-se das teias do preconceito e do racismo que estão difundidas e eivadas na espacialidade urbana. Neste caso, Goffman (1996, p. 27) diz que “a concepção que temos de nosso papel torna-se uma segunda natureza e parte integral de nossa personalidade. Entramos no mundo como indivíduos, adquirimos um caráter e nos tornamos pessoas”. Realçando ainda mais essa relação vivida num contexto urbano o autor expõe sua reflexão teórica sobre “fachada” ou utilizando, de modo mais adequado, o termo “representação” para se referir a “toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre este alguma influência”. O autor (1996, p. 29) então incute a denominação “fachada” para designar um “equipamento expressivo de tipo padronizado intencional (o “ritmo da cidade”) ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação”. Esta representação social é construída não apenas por essa jovem indígena, mas por todos os outros jovens Potiguara que tive contato na capital ou cidades vicinais.

Vale ressaltar também que além do fato de estar num ambiente novo, temos que procurar compreender que o jovem indígena tenta viver sua vida no espaço urbano como qualquer outro indivíduo, mantendo relações sociais, fazendo amizades na universidade, eventos religiosos, culturais, enfim, buscando interações sociais que acabam criando formas de sociabilidade no espaço urbano.

Nesse sentido, a sociabilidade também se faz presente naquele ambiente citadino convivendo com outros cidadãos onde busca interagir, criar vínculos afetivos com seus vizinhos, construir laços de amizade, enfim, produzindo hábitos característicos da socialização que são fundamentais para o indivíduo viver numa sociedade.

Durante o meu trabalho de campo verifiquei durante minhas entrevistas e também quando estive presente nas aldeias, acompanhado muitas vezes pelo jovem Bruno Rodrigues e outros jovens indígenas que vivem também em João Pessoa, que os Potiguara estão entranhados ao sentimento de pertencimento étnico, independente das circunstâncias em que vivem no espaço urbano. Este sentimento de pertencimento está relacionado à fonte de sua identidade étnica indígena, que mantém a permanência e a continuidade.

Segundo Roberto Cardoso de Oliveira (2006, pp. 27-28), onde diz que:

Quer a **identidade** seja pensada no âmbito dos estudos de etnicidade, como bem ilustram as ideias de Cohen; quer ela se insira em contextos relacionais, não obstante **passíveis de observação e de registro etnográfico, como no caso de interações socioculturais envolvendo relações contrastantes**, a nos basearmos nas pesquisas de Barth e de seus colaboradores, o certo é que para as investigações realizadas por muitos de nós, antropólogos, o conceito de identidade étnica tem sido de inegável eficácia. (grifo nosso).

De acordo com João Pacheco de Oliveira (2004, pp. 32-33):

A etnicidade supõe necessariamente uma trajetória (histórica e determinada por múltiplos fatores) e uma origem (**uma experiência primária, individual, mas que também está traduzida em saberes e narrativas aos quais vem se acoplar**). O que seria própria das identidades étnicas é que nelas a atualização histórica não anula o sentimento de referência a origem, mas até mesmo o reforça. É da resolução simbólica e coletiva dessa contradição que decorre a força política e emocional da etnicidade.

Outro fato relevante no contexto urbano, é que a identidade torna-se situacional, pois num determinado momento o indígena pode reivindicar os seus direitos que estão resguardados no Estatuto do Índio e na Carta Magna brasileira de 1988, porém em outra situação ele pode omitir sua identidade étnica indígena para restabelecer outro contato envolvendo demandas e interações, por exemplo, com outros atores externos e, dessa forma, estabelecer um jogo identitário provocado por diferentes circunstâncias sociais no intuito de alcançar seus direitos estabelecidos por lei. E em outro momento ele poderá acionar sua identidade social.

Vale ressaltar que a identidade étnica surge de forma situacional não apenas no espaço urbano, pois no território étnico ela também é situacional, por exemplo, quando o indígena necessita ser atendido no posto de saúde da aldeia; para matricular o filho/filha na escola indígena; receber cesta básica de alimentos; solicitar uma ajuda de custo para a produção agrícola e para a vacinação de um bovino contra a febre aftosa ou até mesmo quando ocorre censo populacional nas Aldeias feito pelos caciques; pela FUNAI ou feito pelo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estes são alguns casos em que a identidade indígena pode ser acionada no território étnico. Posto isso, siga o rastro do pensamento de Barth (1995, p. 2, tradução minha) sobre identidade social, onde explica que “ser uma pessoa indígena não significa carregar uma cultura indígena em separado. Ao contrario, isso significa que, provavelmente, em certas ocasiões você diz 'essa é minha identidade étnica, esse é o grupo ao qual eu pertencço”.

Nessa perspectiva que envolve uma abordagem em torno da identidade étnica indígena, etnicidade e construção de redes de relações sociais num contexto urbano tracei uma pequena análise baseada em entrevistas concedidas por seis estudantes universitários Potiguara que estão cursando em diversas áreas de ensino superior distintas na UFPB e que participam do SEAMPO. Esses jovens indígenas universitários acabam apresentando situações de discriminação racial vivenciados na UFPB que, muitas vezes, eclode de forma acentuada na sala de aula a partir do momento em que o jovem indígena expõe sua identidade étnica, e a partir daí ocorre à segregação, ficando de um lado “os de cor” como destaca o estudante indígena Bruno Rodrigues quando sofreu discriminação em sala de aula e acabou se juntando a outros estudantes que também passaram por esse processo discriminatório. Ao perguntar-lhe como foi sua sociabilidade nos primeiros dias na universidade ele conta que,

Então, ao chegar no curso a primeira coisa que senti foi a exclusão [...] e acabou que até o processo de inclusão na turma [...] digo em partes da turma isso gerou, demorou uns dois meses, dois meses e meio até esse processo de inclusão. Porque quando começou o curso a turma foi logo se dividindo, né?! Se subdividindo em grupos. E aí acabou ficando eu um amigo de Cabo Verde (país da África) e outro amigo que era esposo de Vaval todos eram de cor (refere-se a cor negra) (Bruno, Aldeia Alto do Tambá, 10/01/2016).

Pautado nesse diálogo, podemos inferir que o fato de ter a pele mais escura aproximando-se de um tom de pele negra ele [Bruno] foi de imediato

aproximando-se dos estudantes cabo verdianos por ser excluído do grupo social “branco”, onde ficam aqueles jovens estudantes citadinos que, muitas vezes, se consideram de classe oligárquica, ostentando ainda um “status quo” herdado por uma geração que se supõe aristocrática que, às vezes, só possui o sobrenome da família como potencial agregador de relações na sociedade, além da aparência de burguês como diferenciador de classes sociais, aspectos que podem ser considerados suficientes para se manter um status diferenciado na sociedade paraibana.

O acesso a cursinhos pré-vestibulares nos municípios, já citados, por intermédio da UFPB e a possibilidade de ingressar na universidade, através de Políticas Públicas de Ações Afirmativas, tais como a lei de cotas que garante uma equidade na distribuição das vagas no sistema educacional nas Instituições de Ensino Superior (IES) do estado brasileiro, contribuindo para a inserção de jovens de baixa renda, negros e indígenas nas universidades públicas e privadas, possibilitando novas oportunidades em suas vidas. Neste sentido, o jovem indígena além de adquirir um conhecimento científico basilar e relevante para sua formação superior terá a possibilidade de construir um senso crítico mais aguçado, ampliando seus conhecimentos, por exemplo, sobre o conjunto de direitos relacionados à Educação como direito de todos, inseridos na Constituição Federal de 1988 e refletindo sobre sua condição de cidadão possuidor de direitos e deveres perante a sociedade.

Retomando os relatos dos jovens indígenas, Jakeline Oliveira da Aldeia Tramataia, diz que o fator primordial para o seu ingresso juntamente com o de seu irmão, Antonio Altino, foi o cursinho Pré-Vestibular ofertado pela UFPB no município de Marcação em 2010. Ao ingressar na Universidade a jovem estudante confessa que estava um pouco apreensiva porque conhecia quase ninguém na capital e também sabia que a questão financeira poderia dificultar os seus estudos. *“Eu só conhecia o Douglas, que tá fazendo doutorado aqui na região (T.I. Potiguara)”* (Jakeline, Aldeia Tramataia, 26/01/2016). Segundo a jovem estudante, ela conheceu o pesquisador Douglas (não-indígena) desde quando ele estava cursando a sua graduação em etnobiologia no ano de 2007. Durante aquele período em que o pai de Jaqueline Oliveira, seu Nato, junto com ela auxiliava o jovem graduando, mostrando-o com toda sua experiência e vivência os tipos de manguezais e épocas de reprodução dos caranguejos existentes naquela área das T.I. Potiguara. Isto, no meu entendimento, possivelmente fez com que o Douglas ficasse impressionado com as suas habilidades na pesca,

coleta de caranguejos, além de seus conhecimentos sobre os manguezais e estuário.

Diante dessa amizade construída por Douglas e Jakeline Oliveira foi possível moldar seus caminhos no estudo, pois através da sua pesquisa acadêmica sobre o caranguejo-uçá¹³ e sua época de reprodução. A jovem foi se interessando pelo o estudo de etnobiologia e com o incentivo e apoio do jovem pesquisador acabou escolhendo o curso de Biologia da UFPB no campus I na cidade de João Pessoa. Existe aqui uma relação de reciprocidade, de amizade que, pelo o que eu pude observar durante minhas visitas a aldeia Tramataia e por alguns diálogos¹⁴ que mantive com o Douglas, foi produzida no decorrer do tempo, onde construíram laços de amizade muito fortes entre ele [Douglas] e a família de Jaqueline Oliveira, onde por várias vezes ficou hospedado na casa dos seus pais na aldeia Tramataia.

De acordo com Sahlins (1983), a reciprocidade pode incorporar interesse e desinteresse concomitantemente, assim como indivíduos, objetos, sentimentos e relação social. Sendo assim, a reciprocidade poderá ser interpretada como algo bastante complexo e assimétrico, e não necessariamente uma relação simétrica, equilibrada entre doador e recebedor, porque nestes casos apresentam variações e assimetrias, tal qual a história e a cultura de um povo. Deste modo, o autor propõe um quadro analítico seguindo três tipos de reciprocidade, a saber: generalizada, equilibrada e negativa. Essa tipologia se tornou referência para muitas análises contemporâneas sobre o papel da reciprocidade na conduta individual e coletiva dos atores sociais na contemporaneidade. Nos casos que observei durante a minha pesquisa a reciprocidade generalizada era a que mais se destacava.

Por lo general, sucede que el tiempo y el valor de la reciprocidad no sólo dependen de lo que el dador ha entregado, sino también de lo que éste pueda necesitar y del momento en que lo necesite, y del mismo modo de lo que el receptor puede pagar y cuándo puede hacerlo. El hecho de recibir bienes establece una obligación difusa de reciprocidad cuando le sea necesario al dador y/o posible al receptor. Es así que la devolución puede ser muy rápida, pero también no efectuarse nunca (Sahlins, 1983, p. 212).

13 Caranguejo-uçá, é um caranguejo da família dos ocipodídeos. A carne do caranguejo-uçá é muito apreciada na culinária; sua carapaça também é utilizada no artesanato, em cosméticos e na alimentação animal. Fonte: <https://pt.wikipedia.org>.

14 Diálogos a partir do *WhatsApp* com o Douglas e a Jaqueline Oliveira.

Sendo assim, o ciclo de reciprocidade torna-se amplo e fortalecido por esse fluxo: dar, receber e retribuir. Entretanto, como afirma o autor muitas vezes isso não ocorre num pequeno espaço de tempo, podendo se estender por um período demasiadamente longo ou talvez nunca ocorra.

Dando continuidade aos jovens indígenas que ingressaram na universidade podemos destacar o jovem Bruno Rodrigues que em 2012 foi aprovado no vestibular para o curso de Engenharia Ambiental, pois segundo ele tem “*uma vocação voltada para o meio ambiente e quem sabe por um lado ser ambientalista na área, né?!*” (Bruno, Aldeia Alto do Tambá, 10/01/2016). Quando soube do resultado da aprovação ele afirma que ficou pensando nesse novo desafio a enfrentar longe de casa:

Primeiramente quando decidi sair da comunidade (Aldeia Galego) e ir pra faculdade (UFPB) eu já fui fazendo aquela preparação psicológica, porque você entende que vai encontrar apoios e não-apoios [...] achar que as portas vão bater na sua cara. Mas aí eu já tinha parceiros [...] Rafael, amigo nosso [...] conheci ele num campeonato de futebol juntos no mesmo time e aí criamos laços de amizade e dali ele se dispôs em receber na casa dele (em João Pessoa). E também amigos que já moravam em João Pessoa e que se dispuseram a me acolher na chegada (na Capital). Então, foi assim aquela coisa meio louca [...] você vai para um local, onde você não conhece nada, mas mesmo assim você se lança, se joga a esse local. É tanto que os apoios chegaram, mas de forma [...].eu falo assim, até mesmo de forma não pequena, mas na proporção em que me lançou também a conhecer novos horizontes, a me locomover, a conversar e a procurar uma forma de viver fora das comunidades. De se adaptar ao mundo que você não está acostumado (Bruno Rodrigues, Aldeia Alto do Tambá, 10/01/2016).

Ao chegar à capital paraibana Bruno Rodrigues estava certo que teria o apoio do seu amigo Rafael (professor de História do cursinho Pré-Vestibular do Campus IV-UFPB) que o conheceu num campeonato de futebol, convocando o professor para fazer parte de sua equipe. Assim como também poderia contar com a ajuda de Capitão, líder indígena Potiguara que trabalhava na Universidade. Esse amparo proporcionado por amigos indígenas e não-indígenas deram-lhe, a princípio, uma sustentação, um apoio moral que foi fundamental, servindo de fio condutor para que ele a partir daí começasse a criar, tecer sua rede de relações sociais na capital e se sentisse motivado e determinado a enfrentar esse desafio de viver fora de casa num lugar desconhecido.

A jovem Tamara Rodrigues relata que Bruno (seu irmão) e Jakeline foram fundamentais para que ela mantivesse um bom relacionamento na universidade porque eles “faziam as pontes” no sentido de fazer com que se entrosasse mais rápido com outros colegas que eles conheceram no curso. Ela lembra que um amigo não-indígena deu-lhe muita força e incentivo para estudar na UFPB.

Esse meu amigo [Douglas] é mesmo que um anjo! Toda vez que preciso ficar lá (na capital) eu falo pra ele e ele me diz: Vem! Aí fico com ele lá nos Bancários (bairro de João Pessoa). Ele é do Rio Grande do Norte, só que ele faz doutorado (pesquisa) aqui¹⁵ ... tá concluindo. Aí, quando eu cheguei lá eles [Bruno e Douglas] fizeram um jantar pra mim. Fui eu e uma amiga que mora aqui (na Aldeia Alto do Tambá) e faz um curso na área de saúde. Na época morávamos todos juntos eu, ela (essa amiga), Bruno e uma menina que faz arquivologia. (Tamara, Aldeia Alto do Tambá, 10/01/2016).

Pelo que podemos perceber nesse diálogo “as pontes” como disse a interlocutora vão sendo construídas pelos indígenas que já estão aqui na cidade, ou seja, quem já está tecendo ou já criou sua rede de relações sociais no espaço urbano faz com que o indígena que desembarcou na cidade sintam-se imediatamente conectado a essa rede social construída pelo grupo étnico para que o “novato” consiga fazer seus enleios, suas articulações de forma segura no intuito de facilitar e melhorar sua convivência na universidade, assim como na metrópole que, muitas vezes, poderá parecer pra ela [Tamara] como um espaço social heterogêneo e complexo. Nesse sentido, poderíamos inferir que essas estratégias de ação montadas pelos jovens indígenas tem uma relação com os “conjuntos-de-ação” destacados por Barnes (1969, p. 199).

Os conjuntos-de-ação que têm como objetivo a provisão de recursos materiais substanciais, talvez possam assumir a forma de algumas poucas conexões, cada uma ligando o propulsor a uma porção densa da rede, onde seus vários agrupamentos de amigos podem agir em auxílio de maneira coordenada.

Posto isso, percebemos que os arranjos, a regência das ações estratégicas realizadas pelos jovens Potiguara que estão na cidade fazem com que outros parentes possam se conectar sem dificuldades a uma rede social já construída pelos indígenas “veteranos” na região metropolitana de João Pessoa.

15 Na época Douglas fazia doutorado em Etnobiologia e Conservação da Natureza pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE.

Dando continuidade aos relatos dos jovens indígenas destacamos agora o estudante universitário Neto (20 anos) que foi aprovado em 2014 para o curso de Licenciatura em Física. Assim que chegou à capital ele já sabia para onde iria, a casa do seu tio no bairro de Mangabeira, zona sul da cidade de João Pessoa.

Fiquei na casa de um tio (tio-avô) meu [...] no início foi um pouco ruim porque eu estava saindo da aldeia (Caieira) de um ambiente totalmente diferente pra viver numa cidade grande. Já tinha ido várias vezes à capital, mas só que de passagem [...] não pra passar a semana inteira. Então, no começo foi um pouco chato cheguei a chorar quase desisti. Mas a vida é assim tem alguns atropelos, mas vamos pra frente. (Neto, Aldeia Caieira, 10/01/2016).

Apesar de ser muito jovem Neto demonstra ter uma persistência e determinação em suas atitudes, pois ao longo dessa trajetória acadêmica ele já enfrentou diversas agruras, mas continuou na sua caminhada.

Então, no começo foi um pouco chato cheguei a chorar e quase desisti. Mas a vida é assim tem alguns atropelos, mas vamos pra frente. Eu superei isso, né?! No dia-a-dia me adaptar e me dedicar de uma forma mais forte...porque se realmente era aquilo que eu queria...né isso que eu quero? Então, vou lutar! Independente do que venha. (Neto, Aldeia Caieira, 10/01/2016).

Considerações finais

Ao tecer essas considerações percebemos que os entrelaçamentos das redes de relações sociais construídas por esses jovens Potiguara, guardada as devidas distinções que cada configuração apresenta, estão baseadas na relação de parentesco e amizade. E dessa forma, eles conseguem fortalecer e usar seus “laços pessoais de parentesco e amizade” (Barnes, 1969, p. 173). Sendo assim, os enleios das redes sociais desses jovens estão relacionados às suas peculiaridades, pois cada rede constitui uma forma específica e dinâmica de estratégias de ação para poder dar continuidade no cenário em que foi produzida.

Segundo Barnes (1969, p. 175), “A noção de rede social está sendo desenvolvida na Antropologia Social tendo em vista a análise e a descrição dos processos sociais que envolvem conexões que transpassam os limites de grupos e categorias”. Neste sentido, a rede de relações sociais não pode ser vista como constituída apenas por relações de parentesco, pois muitos dos contatos desses indígenas tem suas “amarras” construídas por amizades e ciclos de reciprocidade que extrapolam o sistema de relações parentais. A construção de

redes de relações sociais desses jovens indígenas e o “campo de possibilidades” (Velho, 1994) gerado a partir dessas interações com atores externos e internos e as políticas públicas do governo federal que oferecem oportunidades para que eles ingressem na universidade. As oportunidades surgem por um “campo de possibilidades como dimensão sociocultural, espaço para formulação e implementação de projetos” (Idem, p. 40). Sendo assim, os projetos individuais estão associados a um conjunto de ações que foram proporcionados por um “campo de possibilidades” que pôde ser engendrado, no caso dos jovens estudantes indígenas, por uma inter-relação entre atores externos e internos que vivem num fluxo constante entre a aldeia e a cidade.

Referências Bibliográficas

- Barnes, J. A. (2010) [1969]. “Redes sociais e processo político”. En: B. Feldman-Bianco (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: Métodos* (pp. 171-204). São Paulo: UNESP.
- Barth, Frederick. (1995). *Ethnicity and concept of culture*. Paper, Harvard, p. 35.
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 out. 1988. Recuperado de www.planalto.gov.br
- Bourdieu, Pierre (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil.
- Cardoso de Oliveira, Roberto (2006) *Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Edunesp, pp. 27-28.
- _____. (2000). *Entre a escrita e a imagem. Diálogos com Roberto Cardoso de Oliveira*. *Revista de Antropologia*, São Paulo, 43, 1.
- Eriksen, T. H. (2010). *Ethnicity and Nationalism*. Third Edition. London, Pluto Press.
- Goffman, E. (1996). *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Gúber, R. (2005). La observación participante: nueva identidade para uma vieja técnica. En: *El Salvaje metropolitano. Reconstrucción de conocimiento social en el trabajo del campo*. Buenos Aires: Paidós.

- Lucena, Jamerson (2016). “*Índio é índio onde quer que ele more*”: uma etnografia sobre índios Potiguara que vivem na região metropolitana de João Pessoa. Dissertação. Paraíba/UFPB/PPGA.
- _____(org). (2004). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Sahlins, Marshall (1983). Un Esquema de Las Reciprocidades. En: M. Sahlins, *Economía de La Edad de Piedra*. Madrid: Akal editor.
- Velho, Gilberto. (1994). “Trajetória individual e Campo de possibilidades”. En: *Projeto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar.
- Velsen, Van. (2010 [1967]) “A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado”. En: B. Feldman-Bianco (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas. Métodos* (pp. 437-468). São Paulo: UNESP.
- Vieira, José (2006). *Os potiguaras*. São Paulo, SP. Recuperado de <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/potiguara/942>